

Insubmissos em democracia

Um modo simples de dar por resolvidos os debates sociais em temas controversos é assegurar que se está no “lado correto da história”. Já não são necessários argumentos nem dados. Basta ter detetado a corrente profunda e irreprimível por onde passa o nosso tempo. A maioria social vai por aí, e se não for seguida, o resultado é ir para a sarjeta. Tem de se assegurar que se está na equipa vencedora.

A pretensão de estar no lado correto da história costuma vir daquele que está a ganhar e quer impedir qualquer resistência ou contra-ataque com a ideia de que “o debate terminou”. De acordo com o seu modo de ver, a opinião pública aceitou essas ideias, e quem não as partilha vai ficar marginalizado, para não dizer estigmatizado. Pode mesmo acontecer que essas ideias tenham cristalizado em direitos reconhecidos pela lei, que ninguém se atreveria já a alterar.

A síndrome do “debate terminou”

Tal pretensão implica não apenas a reivindicação de um triunfo numa disputa política, como também uma proclamação ética. Ganhámos, porque a nossa causa responde a essas exigências de justiça e modernidade que sempre fizeram avançar a história; quem se opõe a elas só pode fazê-lo por obscurecimento mental ou má intenção. Tem havido este tipo de abordagem nos debates sobre o casamento gay, mas aparece também noutros temas controversos.

Quem está no outro lado não é insensível a esta síndrome do “debate terminou”. É incómodo ir na contracorrente, ser a voz discordante no coro, arriscar-se à reprovação, inclusivamente nos círculos próximos de familiares, amigos ou colegas. A pessoa também se expõe a ser ignorada para cargos de prestígio, prémios, ou para entrar em certos círculos. Por isso, embora esteja convencida da verdade da sua posição e viva de acordo com ela, pode sentir-se desencorajada para a expressar e a defender. E quem tem convicções menos arraigadas, irá alterá-las rapidamente, disfarçando o conformismo com a abertura.

Por onde vai a história

Os políticos são especialmente propensos a interpretar o seu triunfo temporário como uma “mudança histórica”. Pensam facilmente que a sua posição representa “the right side of history”. Obama utilizou a expressão não menos de 15 vezes, segundo uma recontagem de um artigo de David A. Graham em “The Atlantic” (21.12.2015). Mas Bill Clinton utilizou-a 21 vezes, e antes Ronald Reagan e outros.

Em geral, os que se autodefinem “progressistas” são mais inclinados a pensar e a dizer que representam o avanço histórico. Mas também os conservadores se entusiasmarão com a perspectiva do “fim da história” proposta por Francis Fukuyama depois da queda do comunismo em 1989, que lhes confirmava a sua vitória.

Quem se considera um porta-estandarte da história, revela a sua fé em que o progresso é unidirecional, em que a história avança sempre para níveis mais elevados de perfeição e sabedoria.

Mas a experiência ensina que movimentos que um dia acreditaram encarnar o sentido da história acabaram por ser trágicos fracassos. Para nos cingirmos ao século XX, basta pensar nos movimentos revolucionários e totalitários que pensavam ser imparável o seu triunfo por terem descoberto as leis da história.

Connosco, ou para o caixote do lixo

Na revolução bolchevique de 1917, Trotski invetivava assim os mencheviques que abandonaram o parlamento: “São pessoas que dão pena, no seu fracasso total. O papel dos mencheviques terminou. Vão para onde pertencem: o caixote do lixo da história”.

Os comunistas continuaram a cultivar esta ameaça. Recorda o poeta polaco Adam Zagajewski que, “nos anos 40, os comunistas tentavam assustar os seus adversários: se não se juntassem a eles, acabariam no caixote do lixo da história. Aquilo soava a ameaça, tanto mais que a história podia parecer a única realidade”. “Hoje em dia, a história é mais benigna do

que nos anos 40, mas, tal como então, precisamos de nos apoiar em algo diferente” (“Dos ciudades”, Acantilado, 2006).

Não menos convencidos do seu triunfo se mostravam os fascismos. No período de entre guerras, a democracia parecia um sistema esgotado, frágil, incapaz de resolver as imperiosas necessidades da época, e de provocar as mudanças que a sociedade exigia. Outros critérios de legitimidade (a classe, a raça, o partido...) impuseram a sua lei. Muitos governos inclinaram-se para o autoritarismo.

A sua própria convicção levou-os a serem ditatoriais e a acreditarem estarem com a razão ao aniquilarem os dissidentes. Os adversários não eram somente concorrentes pelo poder, mas inimigos do povo, escolhos da história, não só assentes no erro, como perversos. Quem pensa que está a erguer a tocha da história, é mais provável que não olhe para os despojos que ficam para trás. Como no quadro de Delacroix “A liberdade guiando o povo”, o espectador não tem alternativa: ou juntar-se à massa, ou ser arrasado por ela.

Mentes lúcidas em tempos de obscurecimento

Nessas alturas de viragens drásticas, não é fácil conservar o sentido crítico para advertir que nem toda a mudança social é progresso. E quem se arrisca a fazê-lo, expõe-se ao isolamento. Se algo ensina a história é... que não é fácil captar o seu sentido. “O homem faz a história, mas não conhece a história que faz”, reconhecia o filósofo francês Raymond Aron, um pensador que na Europa da guerra fria, quando os pensadores consideravam o marxismo como a filosofia insuperável do século, se atreveu a qualificá-lo como “O ópio dos intelectuais” (1955). No seu debate dialético com Jean Paul Sartre, que foi apostando em todas as revoluções falhadas da esquerda, Aron manteve um pensamento lúcido refratário a toda a utopia. Nisto influenciou também uma atitude de modéstia intelectual, que o levava a pensar que “a história não é um absurdo, mas ninguém capta o seu sentido último”.

O apoio das massas muito menos é por si garantia de acerto. Quando as manifestações parecem dar crédito ao valor de certas ideias, não se deve perder de vista o que salientava o historiador Johan Huizinga a propósito da sede de desfiles da Europa dos anos 30: “...não existe praça que seja suficientemente grande para conter o país inteiro, formado em filas, como soldadinhos de chumbo... Isto parece grandeza, parece poder; é uma criança. Uma forma vã cria a ilusão de um fim valioso” (“Nas sombras do amanhã”, 1935). Uma observação que continua a ser pertinente no mundo de hoje, quando o que é muito apreciado não são os desfiles militares, mas as paradas de “orgulhos” vários (étnicos, sexuais, nacionalistas...).

Poderia pensar-se que nesta época de triunfo da democracia e de descrédito das utopias, a sociedade está sempre aberta ao debate e se orgulha de respeitar a liberdade de expressão. Mas

a sociedade democrática tem também as suas tiranias, na forma de opiniões dominantes às quais não é fácil resistir.

A força da opinião coletiva

Tocqueville já o observou em “Da Democracia na América”: “Sempre que as condições são iguais, a opinião generalizada lança um peso imenso sobre o espírito de cada indivíduo; envolve-o, empurra-o e oprime-o. É algo que se encontra mais na forma como a sociedade está constituída, do que nas leis políticas. À medida que os homens se vão parecendo cada vez mais, cada um deles sente-se mais frágil perante os outros. Ao não descobrir nada que o eleve acima da massa e o distinga dela, desconfia de si mesmo quando os outros o combatem; não só duvida das suas forças, como também dos seus direitos, e até chega a pensar que está errado se os outros o disserem; a maioria não tem necessidade de o forçar: convence-o” (“Da Democracia na América”, II, 3.ª parte, cap. XXI).

E se não o convence, pode recorrer a estigmatizá-lo, como acontece com a etiqueta de “homofóbico” aplicada ao que discorda do casamento gay, ou com a marca de “antipatriota” a quem não estiver de acordo com posições nacionalistas. Se o estigma não for suficiente para o silenciar, ainda é possível recorrer a instrumentos legais, que, mesmo reconhecendo teoricamente a liberdade de expressão, podem castigar a voz fora do coro como “discurso do ódio” ou “incitamento à discriminação” contra um grupo que assume o papel de vítima.

A intolerância dos tolerantes

Pensar que se está no lado certo da história leva muitas vezes a pessoa a convencer-se de que é legítimo silenciar quem se empenha em travar o avanço histórico. Esquece-se assim a advertência de John Stuart Mill em “Sobre a Liberdade” (1859): “Mesmo que todos os homens menos um fossem da mesma opinião, e somente uma pessoa fosse da opinião contrária, a humanidade não estaria mais dentro da razão para silenciar essa pessoa, do que estaria esta pessoa, se ocupasse o poder, para silenciar a humanidade”.

O contrário é incorrer no que Bento XVI chamou a “ditadura do relativismo”, que é o tipo de opressão ainda muito presente no Ocidente. “Não é que se persiga abertamente os cristãos, isso seria demasiado antiquado e inconveniente. Pelo contrário, é-se muito tolerante, está-se aberto a tudo. Mas existem matérias tanto mais decisivas que são excluídas e depois taxadas de fundamentalistas, mesmo que se trate até da verdadeira fé. Penso que isto pode desembocar numa situação que exija resistência, concretamente a uma ditadura de aparente tolerância que trava o estímulo da fé declarando-a intolerante. Aqui brilha a intolerância dos ‘tolerantes’” (Bento XVI, “Deus e o Mundo”, pág. 429).

Mas o maior perigo para o divergente está no conhecido processo de opinião pública que Elisabeth Noelle-Neuman qualificou como “A Espiral do Silêncio”. As pessoas têm um receio natural do isolamento social. Quando existe uma controvérsia sobre valores, os cidadãos observam o resto da comunidade para detetar as mudanças. Aqueles que têm a impressão de que os seus valores conseguem cada vez mais apoio, sentem-se seguros e confirmados; não têm problemas em expressar os seus argumentos perante um público desconhecido, e atuam com segurança. Pelo contrário, aqueles que pensam que as suas ideias estão a perder terreno, mostram-se mais cautelosos e caem no silêncio.

Como os primeiros falam e os segundos têm dúvidas e se calam, há um efeito sobre o modo como a opinião pública percebe a situação. O primeiro grupo parece contar com mais apoio do que realmente tem, enquanto o segundo parece ter menos. A “espiral” empurra mais pessoas a expressar o ponto de vista do que parece mais forte, enquanto os que estão do outro lado desanimam. Talvez isto explique em grande parte que um assunto como o casamento *gay* tenha passado em poucos anos de piada a dogma, conforme dizia um ensaísta britânico.

Rebeldes contra a sua própria época

De qualquer maneira, às vezes é mais difícil ser rebelde contra a sua própria época, ao estilo de Chesterton, do que perante um poder ditatorial. As injustiças do poder são mais evidentes e, por isso mesmo, despertam mais indignação e mais solidariedade. Resistir ao espírito da época é mais árduo. A pressão da opinião pública é como uma suave violência, uma insidiosa exigência de conformismo. O novo *establishment* reclama submissão, mesmo que antes fizesse o elogio da rebeldia. O castigo pela resistência já não é a prisão, mas o isolamento e o receio de ser taxado de reacionário, que é o epíteto que mais incomoda alguns.

Que opor a essa pressão? Em primeiro lugar, não renunciar a pensar por conta própria, deixar-se convencer, ou não, somente por razões, não por modas nem pela ânsia de se fundir no grupo.

E, depois, submeter as novas ideias à prova dos seus frutos. Por exemplo, desde há várias décadas o que antes eram consideradas patologias familiares são-nos apresentadas como novos “modelos de família”, enquanto o casamento legal tem vindo a perder as suas características essenciais, inclusivamente a diferença de sexos.

O papel, igualmente como o do “Diário da República”, aguenta tudo. Mas terá melhorado a situação familiar? Se nos ativermos aos índices mais empíricos, não parece haver na Europa motivos para congratulações: a fecundidade situa-se muito abaixo do necessário para renovar as gerações, as ruturas matrimoniais aumentam, cada vez mais filhos vivem com um só

progenitor, a violência de género não desapareceu e mantém-se nas gerações jovens, o aborto continua com números elevados apesar da extensão da anticonceção, as mudanças no casamento andam de mãos dadas com a queda da nupcialidade... Se em política económica deparássemos com índices tão negativos como na política familiar, poucos duvidariam de que havia que mudar de política.

Também é importante evitar o maniqueísmo. Qualquer época tem tendências dignas de ser apoiadas e outras merecedoras de resistência. Criticar uma lei injusta não implica renunciar à democracia. Resistir a uma pressão intolerante pode fazer-se sempre por meios pacíficos. E pensar que nem toda a mudança é progresso não implica tentar repetir o passado num mundo diferente nem recusar em bloco o novo. O decisivo é manter a lucidez e o espírito livre perante aqueles que asseguram saber qual é o “lado correto da história”.

I. A.

Elogio do “não” positivo

“Insumisos”

Autor: Tzvetan Todorov
Galaxia Gutenberg. Barcelona (2016)
Tradução (castelhano):
Noemí Sobregués Arias

Ter a coragem moral necessária para defender o que se considera justo e verdadeiro, mesmo que implique estar na contracorrente, nunca é cómodo. Curiosamente, as sociedades ocidentais, que exaltaram a figura do dissidente nos regimes comunistas, são muito menos tolerantes com os próprios dissidentes. De facto, já Soljenitsin pôde comprovar que o “mundo livre” deixava de simpatizar com ele quando dirigiu as suas críticas à sociedade ocidental. Também o objetor de consciência, sempre bem visto quando a objeção era contra o serviço militar ou a guerra, começou a ser criticado ou combatido se se tratar de um médico que é objetor em relação ao aborto, de um pasteleiro que não quer fazer um bolo para um casamento *gay*, ou de um deputado que por motivos de consciência vota contra uma lei apoiada pelo seu partido. E a Amnistia Internacional não tem previsto defender estes objetores.

No entanto, o insubmisso por razões éticas presta um serviço à liberdade. Este tipo de personagens é constituído pelos protagonistas de uma galeria de retratos feita pelo escritor Tzvetan Todorov no seu livro “Insumisos”. De Boris Pasternak a Soljenitsin, de Germaine Tillon a Etty Hillesum, de Nelson Mandela ou Malcolm X a Edward Snowden, os insubmissos de Todorov dizem “não” a solo quando é arriscado fazê-lo.

Nascido na Bulgária em 1939 e emigrado para França nos anos 70, Todorov é um dos intelectuais europeus mais ouvidos. Em ensaios como [“Memoria del mal, tentación del bien”](#) ou [“El miedo](#)

[a los bárbaros](#)”, desenvolveu uma reflexão moral sobre problemas do nosso tempo. Todorov explica que o seu livro é “um elogio do ‘não’ positivo, se quisermos chamá-lo assim; não é um abandono ao niilismo, mas uma afirmação ética perante os dramas do presente”.

“A capacidade de dizer que ‘não’ quando toda a gente diz ‘sim’ parece-me ser o ponto de partida da insubmissão”, explica no “Libération” (1.1.2016) Todorov, advertindo que em face de uma grande maioria, “todos somos um pouco conformistas”.

Ser insubmisso numa democracia liberal não comporta os mesmos riscos que sê-lo num regime ditatorial, reconhece o pensador búlgaro. Mas “personagens como Edward Snowden falam do nosso mundo quotidiano e demonstram que se pode ser insubmisso em democracia, revoltar-se contra certos aspetos do nosso ambiente trivial”.

Para Todorov, a insubmissão é uma recusa do maniqueísmo, algo que aprendeu com a experiência do seu país natal. Diz o autor ao “Libération”: “Nesta sociedade totalitária, o maniqueísmo era um princípio de base. Havia os ‘maus’, os outros, os que nos queriam fazer mal a partir de longe (os imperialistas) ou a partir de perto (os sabotadores, os burgueses), e existíamos nós, os ‘bons’. Foi assim que herdei uma desconfiança para com todas as formas de maniqueísmo, incluindo as praticadas em democracia”.

Por vezes, temos a impressão de que figuras tão determinadas como as citadas por Todorov no seu livro, são fruto de situações extremas: guerras, ditaduras, revoluções... Mas o escritor pensa que “seria uma ilusão pensar que o sistema democrático no qual vivemos exclui a necessidade de tomar posição. Também em democracia se deve ser vigilante para que os direitos de todos sejam respeitados”.

I. A.

